



**Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
Gab. Juiz Federal MARCELO MALUCELLI (PR-1C)**

RECURSO CÍVEL N° 5040456-74.2018.4.04.7000/PR

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MÁRCIA VOGEL VIDAL DE OLIVEIRA

RECORRENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)

RECORRIDO: MARCOS JOSEGREI DA SILVA (AUTOR)

VOTO

Trata-se de recurso interposto pela União contra a sentença que julgou procedente o pedido de reparação por danos morais para condenar a ré ao pagamento de indenização no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) ao autor, magistrado federal, por ofensas realizadas por Ministro do Supremo Tribunal Federal no desempenho de suas funções públicas.

A decisão recorrida considerou que houve ilícito praticado pela União hábil a configurar o abalo moral. Observou que as expressões utilizadas pelo Ministro do STF para se referir ao autor ofendem os artigos 35, IV, 36, III da LOMAN e 78 do CPC. Ponderou também que, embora o autor, enquanto magistrado, esteja suscetível a constantes críticas ao seu trabalho, o que poderia atenuar a proteção à sua honra, a crítica no caso extrapolou os limites do razoável. Considerou ainda que não houve tratamento impessoal, havendo expressa menção ao nome do autor nos comentários. Observou, por fim, que as ofensas ocorreram em duas oportunidades, foram televisionadas e ficarão para sempre registradas nos autos dos processos em que proferidas. Sobre o valor da indenização, fixou juros de mora de 1% ao mês desde a data da última ofensa e correção monetária pelo IPCA-e.

A parte recorrente se insurge contra a decisão, sustentando, em síntese, que não é aceita no ordenamento a responsabilidade civil objetiva do Estado por ato jurisdicional, já que há plena liberdade funcional dos magistrados no desempenho de suas atividades. Alega que a natureza da atividade jurisdicional impede que os magistrados sejam equiparados aos administradores públicos. Afirma que a responsabilidade civil por ato jurisdicional só se aplica aos casos expressamente declarados em lei, ou seja, aqueles previstos no art. 5º, LXXV, da CF/88, art. 143 do CPC e no art. 49 da Lei Complementar nº 35/1979. Sustenta que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE nº 219.117/PR, reconheceu que a responsabilidade civil do Estado por ato jurisdicional só existirá quando houver erro judiciário, prisão por tempo

além do fixado pela sentença, atuação dolosa ou fraudulenta do magistrado, e recusa, omissão ou retardamento sem justa causa de providência que o juiz deveria ordenar, sendo tais hipóteses taxativas. Aduz que a sentença estendeu indevidamente a responsabilidade civil por ato judicial para outras situações além das já mencionadas, tendo por fundamento normas meramente orientadoras da atividade jurisdicional. Defende que não foi demonstrado erro judiciário ou conduta dolosa ou fraudulenta do julgador capaz de imputar a responsabilidade de sua conduta à União. Afirma que as críticas foram feitas apenas quanto à atuação profissional do autor, não abrangendo a sua vida privada. Sustenta que deve ser aplicada no caso a teoria da proteção débil do homem público, já que a posição ocupada pelo autor o submete naturalmente a um maior escrutínio e não há que se falar em dano dessa espécie. Alega que, na verdade, a conduta do autor gerou graves danos à economia nacional e, por isso, foi duramente criticada. Aduz não haver o nexo de causalidade entre a conduta e o dano, devendo ser afastado também o dano moral presumido. Subsidiariamente, pugna pela redução do valor da indenização, pela observância da correção monetária ao previsto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997 e pelo afastamento dos juros de mora fixados no percentual de 1% ao mês.

É o relatório.

O autor, Juiz Federal, ajuizou esta ação visando à reparação pelos danos morais que alega ter suportado em razão das ofensas que lhe foram dirigidas por Ministro do Supremo Tribunal Federal, a configurar ato ilícito praticado pela União.

Menciona o autor que, no dia 10 de maio de 2018, o Excelentíssimo Senhor Ministro Gilmar Mendes, ao julgar o AgR na PET n. 3.240, fez os seguintes comentários: *"parece que era uma troika de ignorantes: delegado, procurador e juiz" (...) "essa gente deveria ser internada em algum lugar e se submeter a cursos forçados, porque não tem qualificação alguma para entender absolutamente nada. Não entendem nada de nada"; "Veja o perigo de se dar poder a gente desqualificada e irresponsável"; "nem sei se tão garotos assim, muito imbecilizados, com certeza, sem qualificação para função"; "deu-se bomba atômica para analfabetos voluntariosos"; "nós não podemos entregar bomba atômica para inimputáveis".*

Já em 14 de agosto de 2018, o Ministro fez as seguintes considerações: *"O delegado - o nome precisa ser dito, não se pode esquecer - é o delegado Maurício Moscardi. O procurador que assina a denúncia é Alexandre Melz Nardes. E o juiz, Marcos Josegurei. Têm responsabilidade sobre isso. Portanto é uma coisa chocante, chocante (...) Todos querem virar um Moro, ganhar um minuto de celebridade. Não precisamos de corregedores, mas de psiquiatras. Porque é um problema sério. Quer dizer, os estrupícios se juntam e produzem uma tragédia. Produzem uma tragédia. É constrangedor".*

Saliento que as manifestações do Exmo. Ministro do Supremo não são citadas na inicial pelo autor na integralidade, apesar de haver outras menções duras. Acredita-se que tal seleção decorre do fato das demais manifestações não terem sido interpretadas como ofensas à sua pessoa pelo juiz federal, mas como meras críticas.

Inicialmente, para o fim de afastar eventuais dúvidas acerca da legitimidade passiva da União, cumpre tecer algumas considerações a respeito, ainda que tal preliminar não tenha sido suscitada pela ré.

Alega o autor na inicial que é a União quem deve responder diretamente pelos danos causados por ato jurisdicional na esfera federal, respondendo o magistrado somente no caso de ação regressiva, conforme os termos do art. 143, inciso I, do Código de Processo Civil:

Art. 143. O juiz responderá, civil e regressivamente, por perdas e danos quando:

I - no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude;

Nota-se que, efetivamente, a previsão do art. 143, inciso I, do CPC, citada também no recurso, diz respeito apenas à responsabilidade subjetiva e regressiva do magistrado nos casos de perdas e danos. Não se trata da previsão sobre a responsabilidade objetiva do Estado, nos termos discutidos no presente feito.

De acordo com a inicial, sustenta o autor que, de acordo com o art. 37, § 6º, da Constituição da República, o Estado deve responder objetivamente pelos atos praticados por seus agentes que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros:

Art. 37 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. (grifou-se)

O termo "agentes" públicos do art. 37 da Constituição é amplo e abarca os agentes políticos, funcionários e empregados públicos. Para que haja a responsabilidade do Estado, precisa: 1) a ocorrência de ato ou fato estatal, 2) dano, e 3) nexo de causalidade entre o ato ou fato estatal e o dano.

As ofensas em análise foram proferidas em dois momentos, quando o agente estatal, ou seja, o excelentíssimo senhor Ministro do STF, participava de sessões de julgamento naquela Corte, exercendo as suas atribuições jurisdicionais. Isso significa que

as críticas não foram realizadas no âmbito das atividades privadas do agente (como por exemplo, em livros, artigos acadêmicos ou entrevistas para a imprensa ou redes de televisão), mas durante o efetivo desempenho de suas funções públicas, na qualidade de magistrado da Suprema Corte.

É nítido, portanto, que, neste caso, a atuação do agente público se confunde com a do próprio do Estado, razão pela qual se verifica que há a legitimidade passiva da União.

Passo a analisar o mérito.

Em seu recurso, a União sustenta que as hipóteses de responsabilidade civil do Estado por ato jurisdicional devem estar expressamente previstas em lei e que o direito alegado pelo autor não se enquadra em nenhuma delas.

Aduz que a matéria foi decidida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 219.117, conforme a seguinte ementa:

RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. ATO DO PODER JUDICIÁRIO. O princípio da responsabilidade objetiva do Estado não se aplica aos atos do Poder Judiciário, salvo os casos expressamente declarados em lei. Orientação assentada na Jurisprudência do STF. Recurso conhecido e provido.

(RE 219117, Relator(a): Min. ILMAR GALVÃO, Primeira Turma, julgado em 03/08/1999, DJ 29-10-1999 PP-00020 EMENT VOL-01969-03 PP-00574)

A partir desse entendimento, segundo sustenta a ré, as previsões legais da responsabilidade civil por ato judicial seriam apenas as seguintes:

Art. 5º da CF/88. (...) LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

Art. 49 da LOMAN. Responderá por perdas e danos o magistrado, quando: I - no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude;

Art. 143 do CPC. O juiz responderá, civil e regressivamente, por perdas e danos quando: I - no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude;

Para a União, portanto, o ato judicial somente poderá gerar direito à reparação de danos se incorrer em erro judiciário (art. 5º, LXXV, CF/88) ou quando o magistrado, no exercício de suas atribuições, praticar ato procedendo com dolo ou fraude (art. 143 do CPC e art. 49 da LOMAN).

Dessa forma, o direito do autor não encontraria amparo em nenhuma norma do ordenamento jurídico, razão pela qual a sentença mereceria reforma, uma vez que fundamentada nos artigos 35, IV, 36, III

da LOMAN e 78 do CPC, normas que não fazem nenhuma menção à responsabilidade civil, objetiva do Estado.

Não lhe assiste razão.

Não desconheço que o Supremo Tribunal Federal possui reiterada jurisprudência reconhecendo que a responsabilidade objetiva do Estado abrange os atos do Poder Judiciário somente nos casos expressamente previstos em lei, conforme segue:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. PRISÃO EM FLAGRANTE. ABSOLVIÇÃO POR FALTA DE PROVAS. ART. 5º, LXXV, 2ª PARTE. ATOS JURISDICIONAIS. FATOS E PROVAS. SÚMULA STF 279. 1. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, consoante iterativa jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. 2. O Supremo Tribunal já assentou que, salvo os casos expressamente previstos em lei, a responsabilidade objetiva do Estado não se aplica aos atos de juízes. 3. Prisão em flagrante não se confunde com erro judiciário a ensejar reparação nos termos da 2ª parte do inciso LXXV do art. 5º da Constituição Federal. 4. Incidência da Súmula STF 279 para concluir de modo diverso da instância de origem. 5. Inexistência de argumento capaz de infirmar o entendimento adotado pela decisão agravada. Precedentes. 6. Agravo regimental improvido" (RE nº 553.637/SP-ED, Segunda Turma, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJ de 25/9/09).

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO: ATOS DOS JUÍZES. C.F., ART. 37, § 6º. I. - A responsabilidade objetiva do Estado não se aplica aos atos dos juízes, a não ser nos casos expressamente declarados em lei. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. II. - Decreto judicial de prisão preventiva não se confunde com o erro judiciário ¾ C.F., art. 5º, LXXV ¾ mesmo que o réu, ao final da ação penal, venha a ser absolvido. III. - Negativa de trânsito ao RE. Agravo não provido" (RE nº 429.518/SC-AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro Carlos Velloso, DJ de 28/10/04).

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO: ATOS DOS JUÍZES. C.F., ART. 37, § 6º. I. - A responsabilidade objetiva do Estado não se aplica aos atos dos juízes, a não ser nos casos expressamente declarados em lei. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. II. - Decreto judicial de prisão preventiva não se confunde com o erro judiciário C.F., art. 5º, LXXV mesmo que o réu, ao final da ação penal, venha a ser absolvido. III. - Negativa de trânsito ao RE. Agravo não provido" (RE nº 429.518-AgR/SC, Segunda Turma, Relator o Ministro Carlos Velloso, DJ de 28/10/04).

RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. PRISÃO ILEGAL. INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAMINAR FATOS E PROVAS. REQUISITOS PARA CONFIGURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO" (AI nº 510.346-AgR/AC, Primeira Turma, Relatora a Ministra Cármem Lúcia, DJ de 9/2/07).

Todavia, tal jurisprudência deve ser analisada com muitas ressalvas em relação a este caso.

Aqui, ao contrário dos casos anteriormente mencionados, não se discute a reparação de danos pleiteada por uma parte que se viu prejudicada por uma decisão judicial. A controvérsia destes autos diz respeito, na verdade, ao abalo moral decorrente de comentários ofensivos feitos por Ministro do STF, durante duas sessões de julgamento realizadas naquela Corte. A pessoa ofendida não foi parte em um processo anterior, mas um magistrado de outra instância sem qualquer interesse pessoal no resultado do julgamento.

Isso não significa, porém, que o entendimento adotado em tais precedentes deva ser afastado por completo. Na verdade, é perfeitamente possível aplicá-lo no caso, levando-se em consideração as suas peculiaridades.

Nesse contexto, embora a União alegue o contrário e a responsabilidade subjetiva não ser objeto deste feito, verifica-se que o excelentíssimo Ministro do STF praticou a conduta prevista nos arts. 49, I, da LOMAN, e 143, I, do CPC, ao atuar, no mínimo, de modo temerário no julgamento do Habeas Corpus 151.788, divulgando publicamente informações inverídicas a respeito da "Operação Carne Fraca" para o específico fim de depreciar a atuação de seus agentes. O magistrado da Suprema Corte proferiu o seu voto mencionando que as investigações teriam por objeto a venda de "carne com papelão", aproveitando a oportunidade para dirigir uma série de palavras ofensivas ao autor, condutor da Operação, visando desqualificar não apenas o seu trabalho, mas, sobretudo, a sua pessoa. Buscou-se, assim, humilhar o magistrado de primeiro grau. Não se pode ignorar que o próprio autor, mais de um ano antes, já havia esclarecido publicamente que as investigações não tinham nenhuma relação com a utilização de substâncias impróprias na carne, ao contrário do que estava sendo divulgado pelos meios de comunicação até então.

Além disso, é importante destacar que o Habeas Corpus 151.788 estava sendo julgado pelo STF no âmbito da "Operação Carne Fraca". Ao analisar um processo referente àquela operação, o excelentíssimo Ministro da Corte Suprema já tinha ciência (ou ao menos deveria ter) de que a informação acerca da utilização de substâncias impróprias na carne não correspondia à realidade e ao objeto do processo.

Ademais, também é possível admitir que a conduta temerária do excelentíssimo Ministro faz incidir a hipótese prevista no inciso LXXV do art. 5º da CF/88, ocorrendo o "erro judiciário" no tocante ao registro naqueles autos da infundada versão acerca da mistura de "papelão à carne" como objeto das investigações da "Operação Carne Fraca". Tal dispositivo figura no rol dos direitos fundamentais tutelados pela Constituição da República. É de se reconhecer que os direitos fundamentais, enquanto princípios, apresentam conceito muito

amplo, de difícil delimitação, e a seu significado pode variar conforme a situação apresentada, respeitados alguns parâmetros. Logo, a expressão "erro judiciário" pode adquirir diversos contornos, cabendo ao intérprete apresentar a definição que melhor se aplica ao caso, com a finalidade de conferir maior efetividade aos direitos fundamentais.

Nesse contexto, registre-se que os direitos fundamentais constituem a base do Estado Democrático de Direito, norteiam a atuação do Poder Público e podem ser invocados contra os abusos praticados pelo Estado ou entre particulares. Entre eles está o direito à reparação pelos danos decorrentes da violação à honra, previsto no artigo 5º, X, da Constituição da República:

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

No caso, como o autor teve a sua honra violada por um agente público da União, é de se reconhecer o seu direito à reparação de danos precípua mente com base nesse dispositivo constitucional, sem prejuízo das outras normas previstas no ordenamento já mencionadas.

Em relação às demais afirmações feitas no recurso da União, ao contrário do alegado, a liberdade funcional dos juízes no desempenho de suas atribuições jurisdicionais não é absoluta. Nenhum agente público, inclusive os magistrados, independente da instância a que pertencerem, pode agir em desconformidade com a Lei, sendo esse dever um dos pilares do Estado Democrático de Direito. Quaisquer comentários impertinentes à causa analisada pelo magistrado e que ofendam a honra das pessoas envolvidas no processo não encontram guarida no ordenamento jurídico.

Não por acaso, embora os advogados gozem de imunidade profissional nas manifestações relativas ao exercício de suas atividades, nos termos do art. 7º, § 2º, da Lei nº 8.906/94, tal imunidade não abrange os excessos de linguagem, podendo eles responderem civilmente por eventuais ofensas, consoante jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. OFENSA PRATICADA POR ADVOGADO CONTRA PROMOTORA DE JUSTIÇA. CONDUTA NÃO ABRANGIDA PELA IMUNIDADE PROFISSIONAL. MONTANTE INDENIZATÓRIO. REVISÃO DO VALOR NO STJ.

1 - A imunidade profissional estabelecida pelo art. 7º, § 2º, da Lei 8.906/94, não abrange os excessos configuradores de delito de calúnia e desacato e tem como pressuposto que "as supostas ofensas guardem pertinência com a discussão da causa e não degenerem em abuso, em epítetos e contumélias pessoais contra o juiz, absolutamente dispensáveis ao exercício do nobre múnus da advocacia" (passagem extraída do voto Ministro Sepúlveda Pertence no HC 80.536-1-DF).

2 - Precedentes do STJ no sentido de que tal imunidade não é absoluta, não alcançando os excessos desnecessários ao debate da causa cometidos contra a honra de quaisquer das pessoas envolvidas no processo, seja o magistrado, a parte, o membro do

Ministério Público, o serventuário ou o advogado da parte contrária.

3 - O valor devido a título de danos morais é passível de revisão na via do recurso especial se manifestamente excessivo ou irrisório.

Redução do valor da indenização, tendo em vista os parâmetros da jurisprudência do STJ, e levadas em consideração as circunstâncias do caso concreto, notadamente a gravidade das ofensas.

4 - Recurso especial a que se dá parcial provimento provimento.

(*REsp 919.656/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 04/11/2010, DJe 12/11/2010*)

No caso, é evidente que as críticas realizadas pelo excelentíssimo Ministro do STF ao autor foram desrespeitosas e feitas à margem de conteúdo ou técnica jurídica, extrapolando a linguagem formal que deve ser adotada nas manifestações do Poder Judiciário. Além disso, percebe-se que as observações feitas pelo agente estatal, com menção expressa ao nome do autor, foram de cunho estritamente pessoal.

As palavras ofensivas não foram direcionadas à atuação profissional do autor como magistrado, mas diretamente à sua pessoa, para o fim de contrangê-lo publicamente, atingi-lo em sua dignidade. Não há como considerar os termos "ignorante", "sem qualificação", "imbecilizado", "analfabeto voluntarioso", "estrupício", "inimputável" como direcionados apenas à atuação profissional do autor. E, conforme citado na sentença, o Superior Tribunal de Justiça, no RESP 1677524/SE, de relatoria da Ministra Nancy Andrighi, entende, do mesmo modo que o presente voto, que, quando se trata de ofensa à honra da parte em razão de ofensas, há dano moral *in re ipsa*. Ainda, é fato notório que os julgamentos realizados pela Corte Suprema são amplamente divulgados por diversos meios de comunicação em todo o país, o que agravou a situação.

Desse modo, acrescentando as razões já anteriormente expostas quanto à ocorrência do abalo moral e ao dever de indenizar, mantendo a sentença por seus próprios fundamentos, nos termos do artigo 46 da Lei nº 9.099/1995, aplicável subsidiariamente aos Juizados Especiais Federais. Cabe referir que, na sentença, existe a correta defesa que a LOMAN se aplica também aos Ministros do STF. E, resumidamente, agregando como fundamentos ao presente voto, a juíza de primeiro grau decidiu que, em relação à manifestação do Exmo. Ministro, no dia 10 de maio de 2018, houve violação ao art. 36, III da LOMAN, porque ocorreu crítica depreciativa sobre o trabalho de outro juiz (da Carne Fraca, no caso), fora dos autos, já que o STF estava analisando a extensão do foro de prerrogativa de função para ações de improbidade.

Quanto à manifestação em 14 de agosto de 2018, no HC 151.788/PR, ou seja, no âmbito da própria Operação Carne Fraca, entendeu a juíza que ocorreu violação ao art. 35, IV da LOMAN que exige que os juízes tratem com urbanidade as partes, membros do Ministério Público, advogados, testemunhas, funcionários e auxiliares

da Justiça, bem como ao art. 78 do CPC que veda que partes, procuradores, juízes, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e qualquer pessoa que participe do processo empregue expressões ofensivas nos escritos apresentados.

Merece aqui a transcrição da sentença da nobre colega Giovanna Mayer:

2. FUNDAMENTAÇÃO

O artigo 37, §6º, da Constituição da República assim estabelece: "As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa".

O dispositivo denota a adoção pela Constituição da Teoria da Responsabilidade Objetiva. A fim de que se caracterize a responsabilidade do Estado devem estar presentes três pressupostos: a) ocorrência do ato ou fato estatal; b) dano e c) nexo de causalidade entre o ato ou fato e o dano.

Em se tratando de responsabilidade de ato judicial, o STF entende que o ato ou fato estatal que possam dar origem à responsabilidade civil são aqueles previstos pelo artigo 5º da Constituição - erro judiciário e prisão além do tempo fixado na sentença, além das hipóteses previstas expressamente em lei.

Responsabilidade civil por ato judicial

No presente caso, trata-se de supostas ofensas à honra de magistrado proferidas por Ministro do STF durante sessões daquela Corte. Não se trata, pois, de erro judiciário ou de descontentamento com o resultado de um julgamento.

A suposta irresponsabilidade civil por atos judiciais decorre do fato que uma sentença judicial quase sempre imporá danos a alguém em detrimento no outrem. Assim, apenas em hipóteses extremas é que se permite a responsabilidade do Estado por ato judicial: as hipóteses constitucionais e as hipóteses legais (art. 143, I, do CPC e artigo 49 da LOMAN, por exemplo).

Nota, ademais, que no caso não se trata - em última análise - de pessoa sujeita ao mandamento de uma relação processual. O Autor não é usuário do serviço judicial. No campo jurisdicional, o Autor é juiz de primeiro grau e suas decisões estão sujeitas a recurso e reforma. No campo administrativo, o Autor responde à Corregedoria Regional e ao Conselho Nacional de Justiça. Até mesmo pelo regime de impedimentos e suspeições trazidos na codificação processual, o patrimônio jurídico de um juiz não é atingido pelas decisões que profere, o que é fundamental para a sua independência e imparcialidade.

O art. 37, §6º, da CF/88, aplica-se aos atos praticados por magistrados, sem que isso signifique tolher sua independência para julgar; isso por que a expressão "agentes públicos" é a mais ampla possível, abarcando desde os agentes políticos (categoria na qual a

doutrina majoritária enquadra os magistrados) até o mais humilde dos funcionários/empregados públicos, sejam estes concursados ou não.

O Juiz, como agente público, possui poderes para desenvolver a sua atribuição constitucional, que é o ato de julgar. Exerce, por exemplo, o poder de polícia em audiência. Exemplo singelo é proibir o uso de aparelhos celulares ou permitir que as pessoas façam intervalos em audiências extensas. Esse poder, contudo, não é supremo, não é irrestrito e está sujeito a limites, como as prerrogativas dos advogados e o dever de urbanidade com as partes, advogados, funcionários e auxiliares da justiça (art. 35, IV, da LOMAN). No ato de presidir uma audiência e dentro do poder de polícia, a sociedade atual não tolera mais um juiz impeça um trabalhador rural de chinelo de participar de uma audiência (TRF4, Apelação Cível nº 5003067-21.2010.404.7005).

A responsabilidade do Estado no caso concreto decorre de supostas violações aos artigos 35 e 36 da LOMAN e 78 do CPC. Decorre, portanto, de atitudes vedadas em lei e que podem ter causado prejuízo ao patrimônio jurídico do Autor.

Ato ou fato ilícito

Como já mencionado do relatório desta sentença, o Ministro do STF manifestou-se, em sessão televisionada, duas vezes sobre o Autor. A primeira vez ocorreu em 10 de maio de 2018, no julgamento do AgR na Pet nº 3.240.

O Agravo Regimental na Petição 3.240 Distrito Federal fixou a competência do juízo de primeiro grau para apreciar as ações cíveis de improbidade. Após voto do Ministro Teori Zavascki, pediu vista o Ministro Barroso. Em seguida, no próprio dia 19/11/2014, o Ministro Toffoli ponderou sobre a possibilidade de um juiz de vinte e três anos afastar prefeito de sua cidade, sugerindo uma modulação dos efeitos quando houvesse o afastamento. Em seguida, o Ministro Gilmar Mendes chamou atenção para incongruências do sistema, alertando para a necessidade de reformulação legislativa, mas não proferiu voto.

O julgamento foi retomado em 10/05/2018, com voto dos Ministros Barroso, Edson Fachin, Rosa Weber, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes. O Ministro Gilmar Mendes conclamou os colegas a repensarem a ação de improbidade, tendo em vista inúmeros abusos ocorridos. Após mencionar o caso do Reitor da UFSC que se suicidou, mencionou a "Operação Carne Fraca". Além de estar televisionado, o voto escrito traz as seguintes considerações:

"E nós tivemos outro caso mais chocante ainda - também a Procuradoria deveria ser responsável, Doutora Raquel -, que é o Carne Fraca. Ainda conversava esses dias com o Ministro Raul. Eu me lembro de algumas coisas e fico pasmo, há necessidade de limitação dos recursos. Essa tal Operação Carne fraca foi anunciada como a maior operação da Polícia Federal em toda a história do Brasil, mobilizou 1.200 agentes federais da Polícia Federal para investigar se o Brasil estava vendendo carne com papelão. Depois, verificou-se que isso poderia ter ocorrido, na verdade, parece uma troika de ignorantes: delegado, procurador e juiz. Confundiam tudo. A partir da interceptação telefônica, saíram a fazer juízos irresponsáveis. Causaram um prejuízo de bilhões para o país, bilhões

para o país! Até agora, não ocorreu a ninguém pedir desculpas. Mas essa gente deveria ser internada em algum lugar e se submeter a cursos forçados, porque não tem qualificação alguma para entender absolutamente nada. Não entendem nada de nada! E tudo é tratado como se fosse normal, certamente vão entrar ainda com ação de improbidade. Veja o perigo de se dar poder a gente desqualificada e irresponsável. É um festival de abusos. E estou falando isso de memória, sem pesquisa. É um constrangimento imenso.

Quer dizer, qual é o país do mundo que tem no agronegócio um terço do PIB e que é capaz de fazer um gesto suicida como este? Sem nenhum controle, sem nenhum reparo. E não se tem notícia de nenhuma medida para dizer: "Puxa vida, esses garotos deveriam passar por uma reformatio.' Nem sei se estão tão garotos assim, mas muito imbecilizados, com certeza, sem qualificação para função. É caso de disponibilidade, é caso de revisão de práticas de procedimentos, de novas normas de organização e procedimento. Deu-se bomba atômica para analfabetos voluntariosos.

É esse o quadro que nós temos que enfrentar, Presidente. De modo que me parece que o tema terá que ser rediscutido e vai ser rediscutido, é inevitável. Vai ser rediscutido. Porque, se quisermos manter o status de sétima, oitava, nona, potência do mundo, nós temos que ter uma institucionalidade. Nós não podemos ser os aventureiros que nós revelamos ser, nós não podemos entregar bomba atômica para inimputáveis".

Segundo o artigo 36, III, da LOMAN:

"Art. 36. É vedado ao magistrado:

(...)

III - manifestar, por qualquer meio de comunicação, opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem, ou juízo depreciativo sobre despachos, votos ou sentenças, de órgãos judiciais, ressalvada a crítica nos autos e em obras técnicas ou no exercício do magistério".

Ressalto, outrossim, que ao se avaliar se uma conduta do Estado ofendeu alguém não se está a censurar o prolator do ato, tampouco se pretende reformar sua decisão. Para se efetuar essa avaliação, basta verificar que houve a incidência no artigo 36, III, da LOMAN, o que configura o ato ilícito por parte de Estado, bem como se há o nexo causal e as excludentes de responsabilidade.

*Ao analisar o artigo 36, III, da LOMAN tem-se o Ministro efetuou crítica depreciativa sobre o trabalho de outro juiz **fora** dos autos. E, por mais que não tenha mencionado o nome do Autor, falou sobre o juiz do caso, chamando-o de ignorante, sem qualificação, imbecilizado, analfabeto voluntario e inimputável. Não havia outro juiz da Operação Carne Fraca, de modo que o Autor poderia ser rapidamente identificado.*

Ressalto, mais uma vez, que o STF não estava analisando os autos da Operação Carne Fraca. O STF estava a analisar a extensão do foro de prerrogativa de função para as ações de improbidade. A crítica, portanto, foi proferida fora dos autos, o que configura um ato contrário ao dever prescrito na LOMAN.

Ressalto que quando a LOMAN fala em "crítica nos autos" significa em crítica dentro do mesmo contexto. Não se pode, portanto, efetuar a crítica de uma decisão judicial que não se está analisando.

E nem se diga que o agente, por ocupar o topo da carreira do Poder Judiciário, não possui os mesmos deveres que o um juiz de piso. O artigo 22, I, da LOMAN estabelece que os Ministros do STF são magistrados vitalícios desde a posse. O artigo 35 do mesmo diploma traz os deveres do magistrado; o artigo 36, as vedações. E, no artigo 36, como mencionado acima, há proibição de o magistrado falar sobre caso em julgamento fora dos autos.

Já a hipótese do Habeas Corpus 151.788 Paraná é diversa, pois trata de remédio constitucional referente à decretação da prisão preventiva dentro da Operação Carne Fraca. Da leitura do inteiro teor do Habeas Corpus, tem-se que o Ministro Gilmar Mendes assim manifestou-se:

"Como eu lembava na minha breve intervenção, este é um desses casos, Presidente, dignos de estudo. Aparentemente, há uma certa volúpia, uma certa disputa para quem faz a operação maior. Esta foi anunciada como a maior operação já feita pela Polícia Federal, talvez tenha envolvido 1.600 agentes. Também se anunciou, inclusive com essas práticas, Ministro Fachin, que eu acho que nós, oportunamente, vamos ter que as banir - essas entrevistas que se fazem com delegador, procurador, possivelmente autorizadas por juiz -, que no Brasil se misturava papelão à carne.

Eu fico admirado - veja, nós estamos falando de delegados que ganham muito, de procuradores que ganham muito, de juízes que ganham muito -, em um país que um terço do PIB vem do agronegócio, esse sujeito vai para a televisão e diz isso. E era uma informação mentirosa! O delegado, o nome precisa ser dito, porque não se pode esquecer, é o delegado Maurício Moscardi, o procurador que assina a denúncia é Alexandre Melz Nardes e o juiz é Marcos Josegrei, que tem responsabilidade sobre isso.

Portanto, é uma coisa chocante. É uma coisa chocante anunciar uma coisa que não se verificou. Uma falha setorial, num dado setor da economia, se magnificou de uma forma absolutamente irresponsável, constrangedora. Fala mal das instituições, aponta para um delírio coletivo. Todos querem virar um Moro, ganhar um minuto de celebridade.

Nós não precisamos hoje, Ministro Toffoli, Vossa Excelência que está indo para o CNJ, talvez, de corregedores, nós precisamos de psiquiatras, porque é um problema sério! Uns estrupícios se juntam e produzem uma tragédia. Produzem uma tragédia. É constrangedor ver isso se fazer. Não se chama Manoel, não mora em Niterói, não obstante lançam isso. É preciso um pouco mais de circunspeção, é preciso de um pouco mais de cuidado. Que volúpia, que irresponsabilidade! E depois quem paga a conta?

Eu disse, no Plenário, sobre este caso, que eu tenho a impressão de que, às vezes, o País cresce à noite, porque, durante o dia, a gente se incumbe de destruí-lo. Este é um exemplo típico de absoluta irresponsabilidade. (...)

É preciso sim combater a corrupção, mas não a qualquer preço. É preciso fazê-lo segundo o devido processo legal. Este aqui, este é um caso para não ser esquecido, este caso da Carne Fraca. Esses nomes têm que ser mantidos porque eles conseguiram realmente decolar, ao colocarem 1.600 agentes policiais para fazer a maior operação de que se tem notícia contra a economia brasileira. Então, a mim, parece-me que este é um caso realmente de escola, mas que nos diz respeito, porque nós também somos coautores de muitos desses malfeitos, até por indução. Eu me lembro de um debate que tivemos aqui, no caso da prisão do Delcídio e de André Esteves, e o Ministro Teori, com toda cautela, achava que estava correto ao fazer aquela prisão. Depois, vimos no que deu, muitas invencionisses, e a doutrina americana, de onde somos caudatários nesta coisa da colaboração, já aponta isso: o falseamento de versões, a manipulação e tudo mais. Nos fomos parar, portanto, no Irajá, nesse contexto.

Por isso que, pedindo todas as vêrias ao Ministro Fachin, eu acompanho o Relator. Mas não gostaria, no primeiro caso que chega na Turma, de me pronunciar sobre este caso da Carne Fraca, por, de fato, talvez, ele seja emblemático de como não se deve fazer uma operação. É, sem dúvida nenhuma, um dos mais vexatórios da história da Política Federal, da Justiça Federal e do Ministério Público Federal".

No presente caso, a crítica ocorreu dentro dos autos, de modo que não há que se falar em violação do artigo 36, III, da LOMAN. No entanto, o artigo 35, IV, da mesma lei fala em dever do magistrado "tratar com urbanidade as partes, os membros do Ministério Público, os advogados, as testemunhas, os funcionários e auxiliares da Justiça, e atender aos que procurarem, a qualquer momento, quanto se trate de providência que reclame e possibilite solução de urgência". Além disso, o artigo 78 do CPC assim dispõe: "É vedado às partes, a seus procuradores, aos juízes, aos membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e a qualquer pessoa que participe do processo empregar expressões ofensivas nos escritos apresentados".

O Ministro do Supremo Tribunal Federal pode exercer o direito de crítica dentro dos autos que examina. Isso não é apenas um direito como um dever constitucional. Todavia, toda e qualquer crítica pode ser feita de maneira respeitosa, com urbanidade, sem ofensas, com auto-contenção. Como se trata de decisão judicial, não haveria qualquer problema de crítica contundente à decisão, mas não foi o que aconteceu quando se nominou o juiz, chamando-o de estrupício. A prática demonstra que quando uma decisão é questionada, criticada ou reformada, usa-se expressões como "decisão teratológica", "não andou bem o juiz", "o julgamento foi precipitado", "a decisão é temerária", etc. Até mesmo por uma questão de educação e respeito com os outros, não se pessoaliza a crítica. Prezar pela institucionalidade do País é também tratar com respeito todos aqueles que trabalham - bem ou mal - para o funcionamento das instituições.

Ensina Clarissa Sampaio Silva que:

"Em tema de liberdade de expressão deve-se distinguir a circunstância de o agente público encontrar-se ou não no exercício de suas funções, pois fora do serviço, goza, em geral, de liberdade bastante maior. Mesmo aqui é necessário certa moderação naquilo que possa ter repercussão sobre suas atribuições e a instituição ao

qual se encontra vinculado, em virtude de deveres como imparcialidade, neutralidade e lealdade. Por outro lado, quanto mais elevado na hierarquia administrativa, seja o cargo ocupado pelo agente, ou quanto maior o grau de conhecimento de informações sensíveis ou estratégicas que as atribuições daquele suscitem, ou então quanto maior for, dada a natureza do cargo, a repercussão de suas manifestações, mais fortes são as exigências de reserva e moderação, existindo ainda para algumas categorias, vedação completa a certos aspectos da liberdade de expressão, como a participação em atividades políticas" (...) (Em: Direitos fundamentais e relações especiais de sujeição: o caso dos agentes públicos. Belo Horizonte: Fórum, 2009, p. 241/242).

Prossegue a Autora esclarecendo que agentes públicos, de elevada hierarquia, possuem mais responsabilidade sobre as opiniões que emitem. Segundo ela:

"Em princípio, a formulação de críticas a decisões administrativas ligadas ao serviço, não é incompatível com o cumprimento de dada ordem, com a preservação, portanto, da hierarquia administrativa, desde que feita de maneira responsável, respeitosa e sem comprometer a credibilidade da instituição ou levar ao conhecimento do público as respectivas razões, as quais devem permanecer nos domínios internos" (...) (Obra cita, p. 243)

Concordo que o Autor não se insere na categoria de homem médio e que, parte do seu trabalho é desagradar alguém e, portanto, está suscetível a constantes críticas. Concordo que em virtude de ser pessoa exposta, a proteção a sua honra deve ser atenuada. No entanto, não se pode ignorar que a crítica extrapolou os limites do razoável e que os agentes públicos devem usar de moderação nas críticas judiciais, sendo vedadas palavras ofensivas nos termos do artigo 78 do CPC.

Da leitura dos acórdãos do STF referidos nestes autos, percebe-se que o agente estatal referiu-se especificamente ao Autor, tanto é que ele era plenamente identificável no AgReg Pet 3.240 e foi nominado no HC 151.788. Não houve tratamento impessoal. O Ministro fez considerações sobre a pessoa do juiz, pois chamá-lo de analfabeto voluntário, estrupício, inimputável não gera outra conclusão que direcionado ao próprio autor.

O fato de o Autor ter se manifestado pela imprensa sobre a Operação Carne Fraca não diminui a existência do ato ilícito por parte da União. É de se ressaltar que a operação foi autorizada no dia 16/03/2017 (ev. 01, out3) e que em 24 de março do mesmo ano o Autor deu entrevista desmentindo a ideia de que havia substância imprópria na carne (ev. 1, out4). As ofensas proferidas pelo agente estatal ocorreram mais de um ano depois da deflagração da Operação e após a entrevista do Autor. Assim, se houve divulgação errônea da operação, que causou até incidentes diplomáticos (ev. 15, anexo3), transcorrido um ano do fato já haveria tempo suficiente para que o agente soubesse da veracidade do ocorrido antes de nominar o juiz da causa como ignorante, sem qualificação, imbecilizado, analfabeto voluntário, inimputável e, ainda, estrupício. Há, portanto, a configuração de ato ilícito por parte da União.

Dano

Quando se trata de ofensa à honra da parte praticado por meio de ofensas há o dano moral in re ipsa, ou seja, de ocorrência presumida. A respeito:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. INJÚRIAS IRROGADAS A POLICIAL MILITAR DURANTE SHOW MUSICAL. POSSIBILIDADE.

Ausentes os vícios do art. 535 do CPC/73, rejeitam-se os embargos de declaração.

Ofensas generalizadas, proferidas a policias militares que realizavam a segurança ostensiva de show musical, atingem, de forma individualizada, cada um dos integrantes da corporação militar que estavam de serviço no evento.

O dano, na hipótese, exsurge da própria injúria proferida, pois a vulneração ao sentimento de autoestima do ofendido, que já seria suficiente para gerar o dano moral compensável, é suplantado, na hipótese específica, pela percepção que os impropérios proferidos, atingiriam um homem médio em sua honra subjetiva, fato suficiente para demonstrar a existência de dano, na hipótese, in re ipsa.

(REsp 1677524/SE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 10/08/2017)

Por fim, no que se refere à quantificação do dano moral, sem adentrar em discussão infundável, deve comportar dois componentes: resarcimento da vítima e inibição do ofensor. Além disso, são fatores a levar em conta o grau da participação da vítima, e a situação sócio-econômica das partes. Por fim, não pode resvalar no enriquecimento sem justa causa, nem ser reduzida a simples bagatela.

A jurisprudência sobre o tema é escassa, sendo que no TRF4 e na 1ª Turma Regional do Paraná há vários precedentes quanto a valores de danos morais em virtude de atos judiciais de constrição indevidos, como bloqueios de contas-correntes e averbações de penhoras em matrículas. O valor nesses casos, aproxima-se, a R\$ 10.000,00. No caso citado anteriormente do juiz que impediu a parte de chinelos de entrar em audiência, o valor também foi de R\$ 10.000,00 (em 2010). No STJ, no REsp 1.677.524-SE há o caso de uma cantora que ofendeu os policiais que faziam a segurança de seu show. No caso, a indenização foi de R\$ 5.000,00. Vale dizer, ademais, que nos casos de prisão indevida por erro judiciário, que é algo mais censurável que o ato ora examinado, o TRF4 tem arbitrado R\$ 30.000,00 (Apelação nº 5005553-65.2013.404.7201/SC).

Portanto, em vista dos valores trazidos acima e, considerando que as ofensas ocorreram em duas oportunidades, foram televisionadas e ficarão para sempre nos autos dos processos referidos, fixo a indenização por danos morais em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Como foram dois eventos, o valor de R\$ 20.000,00 deverá ser corrigido com juros moratórios de 1% ao mês desde a data da última ofensa - 14 de agosto de 2018 - (Súmula 54 do STJ), com correção monetária pelo IPCA-e desde a presente data.

Ressalto que caso a União entenda preenchida a hipótese do artigo 49 da LOMAN, poderá entrar com a ação de regresso contra o agente público que proferiu as ofensas.

Por fim, ressalto que o TRF4 e o STJ tem aplicado a Súmula 326 do STJ mesmo com o advento do artigo 292, V, do CPC, de modo que para fins de sucumbência, a condenação em montante menor do que o postulado na inicial não implica sucumbência recíproca (TRF4, Apelação Cível 2008024-67.2016.404.7001/PR)

Quanto ao valor de indenização a título de danos morais, destaco que esta "deve ser fixada em termos razoáveis, não se justificando que a reparação venha a constituir-se em enriquecimento indevido, com manifestos abusos e exageros, devendo o arbitramento operar com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa e ao porte econômico das partes, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e às particularidades de cada caso" (STJ, 4^a T., REsp nº 246.258/SP, relator ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira).

Diante desse contexto, a fim de reparar dos danos morais experimentados pelo recorrido, e não havendo recurso da parte autora para sua majoração, tenho como suficiente à reparação do dano a quantia arbitrada, estando dentro dos parâmetros adotados por esta Turma Recursal. Não cabe a redução do valor já arbitrado. As ofensas ocorreram em dois momentos diversos, foram televisionadas e tiveram ampla divulgação.

Por outro lado, a sentença merece reforma apenas quanto à incidência dos juros sobre o valor da condenação, por destoar do entendimento firmado por este Colegiado no ponto.

A atualização monetária do valor arbitrado deverá ser feita pelo IPCA-e, conforme a definição do Tema 810 pelo STF, incidindo desde a data do arbitramento pela sentença ora confirmada (Súmula 362 do STJ). Os juros de mora fluem a partir do último evento danoso, em 14 de agosto de 2018 (art. 398 do CC e Súmula 54 do STJ) em 0,5% ao mês até 07/2009, passando a incidir nos mesmos percentuais da caderneta de poupança, de forma simples (Turma Regional de Uniformização, IJUF nº. 5007958-33.2011.4.04.7205, Rel. Giovani Bigolin, j. 03.09.2015), nos termos do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Lei nº 11.960/2009.

Considero prequestionados especificamente todos os dispositivos legais e constitucionais invocados na inicial, contestação e razões de recurso, porquanto a fundamentação ora exarada não viola qualquer dos dispositivos da legislação federal ou a Constituição da República levantados em tais peças processuais. Desde já fica sinalizado que o manejo de embargos para prequestionamento sujeita à multa, nos termos da legislação de regência da matéria.

Sem honorários.

Ante o exposto, voto por DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

Documento eletrônico assinado por **MÁRCIA VOGEL VIDAL DE OLIVEIRA, Juíza Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700007449301v111** e do código CRC **0d1bec6f**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): **MÁRCIA VOGEL VIDAL DE OLIVEIRA**

Data e Hora: 7/11/2019, às 15:46:52

5040456-74.2018.4.04.7000

700007449301 .V111